

**A Casa Tombada**

**Pós-Graduação: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**

**Flávia Shizue Suzuki**

**Silvana de Jesus Santos**

**Orientadora: Vívian Parreira da Silva**

**Danças Brasileiras: Caminhos para efetivação da**

**Lei 10.639/03**

**SÃO PAULO - SP**

**2018**

## **RESUMO**

Este artigo é fruto de uma experiência vivenciada junto às crianças do 3º ano do Ensino Fundamental I, da Escola Estadual Professora Marisa de Mello. Foram realizadas atividades de dança com foco no coco de roda e confecção de turbantes. Os encontros aconteceram na escola e contaram com a participação de todas as crianças da turma e da comunidade escolar. A proposta desse projeto visou contribuir para apontar caminhos para a viabilização da implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. No primeiro encontro foram realizadas discussões sobre tons de pele e tipos de cabelo, seguido de uma oficina de turbante. Já no segundo encontro fizemos aula da Dança do Coco (Canto e Dança). Como resultado pudemos observar que as atividades propostas colaboram diretamente e positivamente para o conhecimento por parte dos participantes de diferentes práticas culturais baseadas nas matrizes africanas. As crianças se mostraram dispostas a conhecer e a compreender as diferenças por meio das conversas sobre colorismo, tons de pele, diferentes tipos de cabelo, e a prática do samba de coco despertou curiosidades a respeito da dança e viabilizou vivência que envolveu ritmo, canto e dança. Deste modo consideramos que nossos objetivos foram alcançados, pois acreditamos que os caminhos de implementação da Lei 10.639/03 passa necessariamente por conhecermos e vivenciarmos nossas culturas de matrizes africanas.

Palavra Chave: Coco de Roda, Dança Afro-Brasileira, Lei 10.639/03, Educação das relações raciais.

## INTRODUÇÃO:

Convidamos as leitoras e leitores a conhecer o nosso lugar de fala, isto sem dúvida é importante para este diálogo. Este artigo é escrito a quatro mãos, entrelaçando diversas experiências e histórias de vida, nossas e de nossas parcerias para realização desta pesquisa. A cada fala, experiência ou reflexão de nossas experiências individuais sinalizaremos com nosso nome quem a diz, Flávia ou Silvana. Para entender onde surgiu o interesse para realizar essa pesquisa, é preciso entender o nosso lugar de fala<sup>1</sup>.

Eu, Silvana de Jesus Santos, ao sair do ensino básico, não sabia o que significava a palavra identidade. Sabia que minha origem era apenas brasileira e paulistana. Foi no mundo da arte da Capoeira Angola, através da cultura popular (seus movimentos, cantos e encantos), da mistura da tradição, oralidade e ancestralidade, que descobri minhas raízes. Mulher de cabelo crespo, pele escura e pobre. Essa era a minha condição. A partir do meu encontro com a Capoeira Angola é que o significado da palavra “identidade” começou a aparecer.

O mundo da Capoeira disponibiliza aprendizagens sobre a nossa origem, nossa cultura, luta e resistência para a sobrevivência, sobrevivência da cultura e do povo. O meu mestre Pedro Peu, que fazia parte do movimento negro, apresentou as primeiras referências, apontando a minha identidade negra. O cabelo, o tom de pele, a história real sobre a escravatura, líderes negros e rainhas negras na história. Apresentou o mundo Africano e Afro-brasileiro através da história da capoeira. A capoeira resistiu com o povo negro, e venceu. Com ela o negro conquistou uma parte da sua liberdade. Uma parte, porque até hoje luta para sobreviver. E a partir de então venho refazendo minha história.

Estudei em escola pública, na periferia de São Paulo, por volta dos anos 1990. Naquele momento, a cultura afro que fora apresentada trazia narrativa à cultura da “escravização” e opressão. Não me lembro de estudar a beleza da cultura negra, suas heranças, sua participação para construção desse país, nem os impactos e reverberações

---

1 Djamilia Ribeiro em sua obra *O que é Lugar de Fala?* Nos apresenta este conceito em diálogo sobretudo com mulheres negras, sendo estas filósofas, militantes, educadoras. Esta obra nos ajuda a compreender o quão importante é demarcarmos o lugar de onde falamos, pois este nos constrói, nos define e nos projeta enquanto produtoras de conhecimentos e epistemologias da concretude da vida.

gerados pelo sistema escravagista. Marques; Júnior; Jovita (2017) apontam situações que nos colocam na condição de escravizados, mas de maneira velada: na relação de empregado e patrão quando o contratador grita e humilha o empregado sem explicação; quando uma mulher negra trabalha numa casa e a patroa não quer pagar seus direitos; dentre outros. As reverberações tem impacto direto no reconhecimento identitário, na aceitação da cor da pele, tipo de cabelo, da religião e cultura afro. Identificar esses acontecimentos na história de ontem e de hoje nos dá a oportunidade de conhecer nossa história e tentar mudá-la.

Conforme vivenciava, fora da escola, a capoeira e, posteriormente, as danças brasileiras, o horizonte se abria e os questionamentos iam se ampliando. Mergulhei no universo da cultura afro brasileira; estudei, tornei-me, por fim, uma bailarina e professora (arte-educadora) de danças brasileiras, consciente da minha história e identidade.

Eu, Flávia Shizue Suzuki, bisneta de imigrantes, tive uma infância de experiências ricas e felizes. Lembro-me com muito carinho das “comidinhas” preparadas no quintal da minha avó paterna, das frutas que comia no pé. Saudades das conversas intermináveis madrugada adentro, com minhas primas. Dentre tantas vivências, resgato lembranças com meus irmãos acompanhando nossa mãe em manifestações na campanha eleitoral de 1989.

Cresci ouvindo e dançando músicas da Xuxa, Balão Mágico e Trem da Alegria. Sonhava em ser atriz, formei-me em Artes Cênicas. Porém, as coisas mudaram e diante das vicissitudes da vida tive que abrir mão do meu sonho e entrei para o magistério.

Foi uma amiga da faculdade que me incentivou e mostrou o caminho para lecionar. A querida Sandra me falou da carência de professores de Arte nas escolas públicas estaduais. Assim tornei-me uma professora de Arte da rede estadual de São Paulo. No início lecionava de dia e fazia curso de teatro no Sesi a noite. Essa experiência no Sesi me trouxe, entre outras coisas, a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos na faculdade. Foram dias memoráveis, de muito aprendizado.

Continuei com o trabalho docente buscando compartilhar com as crianças o teatro. Porém com minha incipiência e a falta de estrutura das escolas públicas não obtive muito sucesso na empreitada. Ao longo do tempo, já com um pouco mais de vivência conseguia realizar alguns trabalhos com os alunos, que posso considerar como uma semente plantada. Nesta trajetória de buscas, me identifiquei com a cultura Afro-brasileira que me proporcionou enxergar coisas que antes me passavam despercebida como a discriminação, o preconceito pelo que é diferente, enfim, passei a ter olhos para coisas que antes não enxergava.

Como já havia de minha parte interesse pela temática, me propus ao aprofundamento destas questões que me levam cada vez mais a perceber o quanto incipiente é o tema e quanto há por fazer.

Diante desses relatos, é possível identificar que o processo de reconhecimento e construção de identidade muitas vezes passa por outros meios de formação, que não a escola no ensino básico. É de extrema importância que temas da cultura africana e indígena sejam levados ao ambiente escolar, pois apesar de a escola não ser o único local de formação e construção das identidades, é nela que permanecemos boa parte de nossas vidas.

Vale ressaltar que as ideias racistas impregnadas no imaginário do povo brasileiro foram produzidas por teorias de escritores, filósofos, médicos, juristas que inventaram que havia malefícios na predominância dos negros no país, tentando comprovar a suposta inferioridade dos negros frente aos brancos no século XIX (ALVES, 2012).

A construção da beleza e feiura, os ditos padrões de beleza, trouxeram muitos prejuízos para a auto imagem do negro. A ausência de outros padrões que não o branco, incentivados pelos meios de comunicação, gerou impacto na estética da mulher negra que buscava e busca se encaixar nesses padrões alisando o cabelo, afinado nariz, desejando um tom de pele mais claro. Além disso, dificulta o acesso ao emprego, a melhores salários, até na vida sentimental, "onde essas não são consideradas certas para casar" (NASCIMENTO, 2015, p. 308).

Narrativas sobre os Africanos e Indígenas que evidenciam a beleza e diversidade de suas culturas, a herança que esses povos deixaram foram apagadas da história, em torno destas culturas foram criados os estereótipos, características que inferiorizam essas raças. Temos acesso nas escolas à história contada pelos colonizadores e por isso pouco é falado sobre os indígenas e a diáspora africana. À vista disso as leis 10.639/03 e 11.645/08 vêm para mudar o cenário das discussões na escola. A história do brasileiro é pluricultural e é preciso trazer todas essas perspectivas à tona. A lei também objetiva acabar com a desigualdade entre os negros, brancos e indígenas, valorizando outras culturas, obrigando o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação escolar (ALVES, 2012).

Historicamente no ambiente escolar presenciamos situações de racismo e preconceitos. Racismo é entendido como um comportamento, ação, que por vezes mostra repulsa, a pessoas com determinada cor de pele, tipo de cabelo, formato do olho (Kabengele & Gomes, 2016, p.179). Santos (1980, p.11) complementam dizendo que o racismo "é um sistema que declara a ideia de uma raça sobre a outra."

Os estudos de Alves (2012) apontam alguns relatos:

No meu primeiro dia de aula, fui apelidado de macaco. Vi-me então frente ao terror. A expressão macaco era proferida pelos meus "colegas" em tom agressivo, quase uma declaração de guerra. Havia algo em meu corpo que não era aceito naturalmente pelos outros (...). Todavia, notei que tal sensação desagradável não era sentida por um amigo meu, meu vizinho, que era branco e que tinha outra recepção na escola. Conforme a cor, conforme o tratamento. (Relato de um autor desconhecido).

Situações como essa ocorrem todos os dias no ambiente escolar, e isso não se restringe às características físicas (raça, cor de pele, tipo de cabelo), vão além: o racismo cai sobre a religião, costumes, indumentárias, à desvalorização sobre todas as manifestações culturais e identitárias do povo negro. Uma música com som de tambor para uma atividade é nomeada de macumba, tendo ou não relação com as religiões afro-brasileiras. O imaginário do povo brasileiro está alimentado de preconceito e medo, e isso se estende em ações preconceituosas e racistas. Ainda encontramos frases e expressões ditas para os amigos – “neguinho, cabelo duro, macaco, nego não presta”.

De acordo com Cavaleiro (2000), o preconceito e o racismo constituem uma questão muito importante a ser trabalhada nas escolas brasileiras. Para essa autora, o racismo no ambiente escolar é uma prática comum, sendo de fundamental importância que os educadores criem condições para que esse tema seja discutido, desconstruído e, conseqüentemente, eliminado da escola.

Os mecanismos de transformação de um povo estão nas mãos, principalmente, da escola. As instituições educacionais têm o papel de estimular a formação de valores, comportamentos e hábitos que respeitem as diferenças e as características próprias dos diferentes grupos sociais, sendo democráticas e comprometidas com o processo de formação dos alunos (*DCNs- Educação das Relações Étnico-Raciais*, 2004).

O povo de origem africana sofreu durante a escravização e seus descendentes continuam sofrendo após abolição. Sofrimento psicológico, político, social, material e educacional. Triumpho, (2014) menciona:

É comum que as escolas e instituições de ensino em geral não apresentem seriedade, nem sensibilidade, para tratar de relações étnicas raciais, deixando os afro-brasileiros à margem de suas necessidades, características e especificidades. A educação oferecida para a maioria do povo negro brasileiro segue um modelo alienador, resultando no fracasso escolar dos afro-brasileiros, o que contribui de modo significativo para a existência de baixa autoestima na comunidade negra e problemas de identidade.

A citação acima corrobora com os fatos presenciados, em relação à cultura negra, nas instituições de ensino. Sempre desvalorizada e deixada em segundo plano. Diante das situações racistas, encontrada ainda hoje no ambiente escolar, é fundamental proporcionar reflexões sobre relações étnicorraciais na escola. Por essas razões, as autoras decidiram desenvolver um trabalho que propõe práticas culturais afirmativas, amparadas pela Lei 10.639/03, que contribuam na construção da imagem identitária positiva de cada indivíduo na intenção de reconhecer e aceitar as diferenças de maneira respeitosa, valorizando assim suas características culturais ancestrais.

Acreditamos nos estudos de Janz (2014) quando menciona que para romper com práticas discriminatórias e preconceituosas o indivíduo precisa conhecer a história e ter compreensão de sua cultura. Nessa perspectiva essa pesquisa colabora para o resgate da cultura negra brasileira e aumento da auto-estima por meio do reconhecimento da sua identidade, dando voz e acesso às histórias que não são mencionadas no ambiente escolar.

Deste modo, este artigo tem como objetivo central apresentar práticas pedagógicas que contribuam para efetivação da Lei 10.639/03. Reconhecer as identidades brasileiras, suas danças e músicas, de maneira que possamos atribuir valor e respeito para as culturas afro-indígenas brasileiras.

### **Nossas escolhas nos ajudam a traçar os caminhos**

A inspiração para a realização desta experiência/pesquisa nasceu das necessidades percebidas pelas autoras em suas vivências diárias, onde em suas trajetórias o ensino sobre a cultura africana se resumiu ao processo escravagista, conforme relatos expostos no início deste trabalho. Estes relatos não são particulares ou exclusivos dessas autoras. Existem muitos iguais a esses. Muitas pessoas terminam o ensino básico e não tem acesso a outra história sobre o povo africano. Outros saem sem reflexões sobre as atitudes racistas, preconceituosas e homofóbicas de certas brincadeiras que realizavam. Diante do que foi dito, por meio de nossas experiências, vivências, estudos e leituras, propomos um estudo que dialogue e resgate a cultura dos povos que construíram e fizeram história nas terras brasileiras.

Por isso, propomos através desta pesquisa um estudo que construa com os alunos do Ensino Fundamental uma reflexão e ação a respeito da cultura afro-brasileira através de práticas culturais. Trata-se, portanto, de uma pesquisa cujo foco é refletir em que medida a

vivência da Coco de Roda e as rodas de conversa sobre identidade, podem contribuir para efetivação da Lei 10.639/03. Essa experiência pode ajudar a construir uma imagem identitária positiva? Será que essas atividades, desenvolvidas pelas proponentes desta pesquisa, poderão dialogar com o ambiente escolar, contribuindo para minimizar o racismo e colaborar para um melhor entendimento e respeito às diferenças e à valorização da cultura brasileira? Nas tentativas de alcançar os objetivos, esse trabalho apoia-se na Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino e aprendizado da cultura afro-brasileira dentro das escolas.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação (MEC 2004):

Em 2003, no governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Para garantir a efetiva implantação da lei em todo sistema de ensino, no ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispostas no Parecer do Conselho, CNE/CP 003/2004 e CNE/CP Resolução 1/2004.

Esse documento prevê abordagens sobre as relações étnico-raciais que promovem a valorização da diversidade em nosso país, medidas afirmativas e de reparação que resultem em reconhecimento identitário do povo negro, aumento de autoestima e diminuição de discriminações e preconceitos. A Lei 10.639/03 é fruto de constantes lutas de movimentos negros desde a década de 1970. Nesse período, o movimento negro visualizou, no sistema escolar, caminhos para construir uma identidade negra positiva e foram à luta para que esses direitos fossem garantidos à população negra.

O movimento negro alcançou o direito à educação, leis para garantir o ensino da História do povo Africano e de suas contribuições na construção do país e de sua economia, e ainda, medidas de reparação e reconhecimento para ressarcir os prejuízos que os negros tiveram (PEREIRA, 2011).

Durante esta pesquisa, buscamos abordar conteúdos referentes à Lei 10.639/03 a fim de diminuir os preconceitos, racismo e contribuir para a valorização da história e cultura Africana. Podemos afirmar que este estudo fomenta a educação das relações étnico-raciais com intuito de contribuir na formação dos cidadãos brasileiros de maneira que possam compreender a necessidade dos diferentes grupos terem condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, e que esses tenham, ainda, o direito de ser, viver, pensar, conforme as especificidades filosóficas, culturais, religiosas. Para desenvolver

mudanças nas relações entre os diferentes grupos étnicos raciais, é preciso iniciar um processo de educação que modifique a forma de dirigirem umas às outras, deixando de lado sentimentos de inferioridade e superioridade, e posições de hierarquias forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007).

A dança no Brasil também passa por esses lugares de poder, hierarquização, valorização e desvalorização. Há sempre uma valorização para a cultura europeia, enquanto a cultura nacional é colocada como inferior, e quando esta tem herança africana é subjugada o tempo inteiro. Levar para escola práticas pedagógicas partindo da cultura popular significa aproximar modos de vidas de grupos diferentes da nossa sociedade, talvez essa seja uma maneira de ver o mundo em seus tensionamentos, pluralidades e diferenças (PARREIRA & FOGANHOLI, 2003 ).

A dança apresenta infinitas intenções, podendo evidenciar os acontecimentos sociais. Antigamente dançavam em agradecimento a uma boa colheita, em homenagem a deuses, dançavam para a natureza, dançavam em cerimônias sociais, hoje há muitas outras funções. As danças populares brasileiras não se limitam a realização dos movimentos, música e canto, há comunhão, há partilha, há dedicação para fazer o alimento e compartilhar. Em muitas manifestações se colocam em círculo onde todos "estão como iguais", deixando de lado hierarquias, autoritarismo.

Realizar atividades com as danças brasileiras, em específico o Coco de Roda, significa trabalhar diretamente na efetivação da Lei 10.639/03 e valorização da cultura popular, uma vez que essas Danças estão diretamente ligadas à cultura africana (PARREIRA & FOGANHOLI, 2003).

De acordo com Porpino (2006), dança é educação. Partindo dessa afirmativa, a autora desenvolve sua pesquisa de pós-doutorado. Segundo ela, as escolas brasileiras de Ensino Infantil, Fundamental e Médio ainda possuem um ensino pautado na razão em detrimento da sensibilidade. Nesse sentido, e concordando com o pensamento de Porpino (2006), podemos afirmar que essa pesquisa contribui, antes de mais nada, para a concretização de um educar que extrapola os modelos racionalistas.

Consideramos que o artista da dança também é um educador e que concretiza seu ato de educar a partir de suas interpretações do mundo:

(...) todo aprender se constitui numa ação simultaneamente mental e corporal e que o ser humano por inteiro se modifica. Talvez a dança, por desvelar um aprendizado que inevitavelmente parte do movimento, do despertar do corpo para novas

possibilidades gestuais, torne mais explícito que o corpo não é coadjuvante na aprendizagem, assim como nos mostrou Merleau Ponty (1994) (PORPINO, 2006, pág.120).

Essa pesquisa é, antes de mais nada, uma tentativa de levar às escolas uma educação através do corpo. Autores como GODOY (2003), MARQUES (2001), RENGEL (2006) identificaram em suas pesquisas o quanto as escolas brasileiras ainda são carentes no ensino e aprendizado da dança. A maioria das escolas brasileiras encara a dança como simplesmente um lazer, diversão, entretenimento. Essa pesquisa busca tratar a dança como educação, conhecimento intrínseco e reflexivo, levando às escolas um olhar crítico, prático e reflexivo.

Trabalhar com a cultura afro-brasileira é contribuir para a efetiva implementação da Lei 10.639/03. Embora a lei exista no papel, existem controvérsias a respeito de sua prática. Estudar algumas das danças que compõem o rico acervo da cultura afro-brasileira é contribuir para que o racismo existente nesse país seja problematizado. Sendo assim, a pesquisa aqui proposta busca dialogar com educandos e educadores tendo como foco uma reflexão a respeito de identidade, direitos humanos, conscientização e valorização por meio de práticas culturais de matrizes africanas.

Assim, para elaboração deste artigo, fomos para a escola. Realizamos atividades reflexivas e práticas com os (as) alunos (as) do 3º ano por meio das práticas culturais brasileiras, estimulando discussões de igualdade racial e valorização cultural no ambiente escolar. Com isso buscamos colaborar com a ampliação de repertório corporal, artístico-cultural por meio da arte com foco nas matrizes africanas.

### **Os caminhos da pesquisa.**

Os encontros foram realizados na Escola Estadual Professora Marisa de Mello, localizada na zona leste de São Paulo (Penha), com a turma do Ensino Fundamental I. Cabe dizer que esta escola é o local de trabalho de uma das estudiosas e pesquisadoras que escreve este artigo. Quando nos propomos a realizar trabalhos de valorização e reconhecimento das culturas africanas e indígenas, é importante termos professoras, professores, escolas e parceiros que colaborem com nossas ações, isto certamente colabora significativamente com

nossos trabalhos. Neste caso a escola e a turma foram receptivas a esta proposta de ação, por isso temos esta experiência para compartilhar e dialogar.

Foram realizados dois encontros com turma de 3º ano do ensino fundamental. Em um primeiro momento, refletimos sobre respeito, tipos de pele e cabelo. No mesmo encontro foi realizada a oficina de turbante. No segundo encontro foi feita a prática: a música, canto e dança do Coco de Roda.

Valorizando um ensino que preza a qualidade do estudo construído com a criança, vale apontar os estudos de Laban que traz em essência o respeito para com o outro. Para ele o movimento é resultado de um impulso interior, certamente a dança relaciona-se ao universo pessoal de cada indivíduo que dança. Sendo assim, o método Laban, também chamado de “Dança Criativa Moderna”, propõe a livre expressão dentro de uma consciência bastante apurada dos movimentos e formas. É um método ou sistema que também pode ser explorado por pessoas as quais nunca tiveram contato com a dança. É, antes de qualquer coisa, um método que traz a consciência da expressão corporal.

A arte e as manifestações tradicionais podem ser entendidas apenas como distração, mas vai muito além, é ferramenta de expressão cultural e social, instrumento de pesquisa para criar e recriar outros movimentos. E ainda é uma maneira de ampliar o horizonte e mudar a realidade, pode ser fonte de renda – profissão ( Passos, 2011).

Alimentadas por esses conceitos é fundamental salientar que neste trabalho não visamos a realização dos movimentos de forma técnica e perfeita, mas prezamos pela experiência para que o estudante sinta tranquilidade para se expressar conforme as condições oferecidas pelo seu corpo.

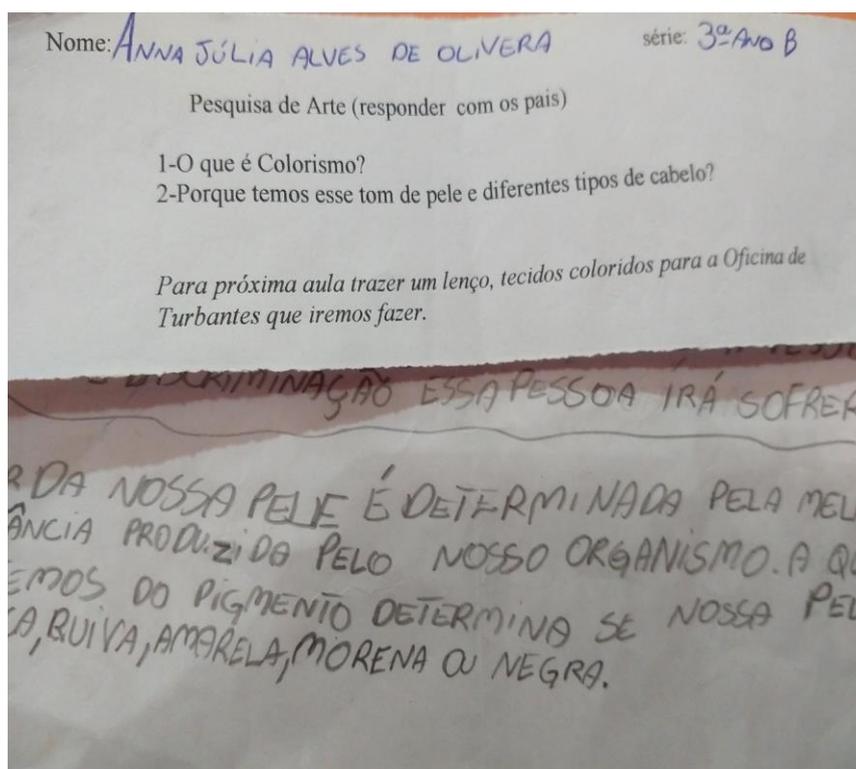
Em diálogo com Larrosa Bondía (2002), sabemos que: *“A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”*. O interessante é vivenciar a experiência sem o compromisso de mostrar resultado corporal, mas sim saborear o que se vive de maneira que experimente o doce e sinta o desejo de não deixar a degustação acabar, para que a sensação prazerosa dure mais tempo.

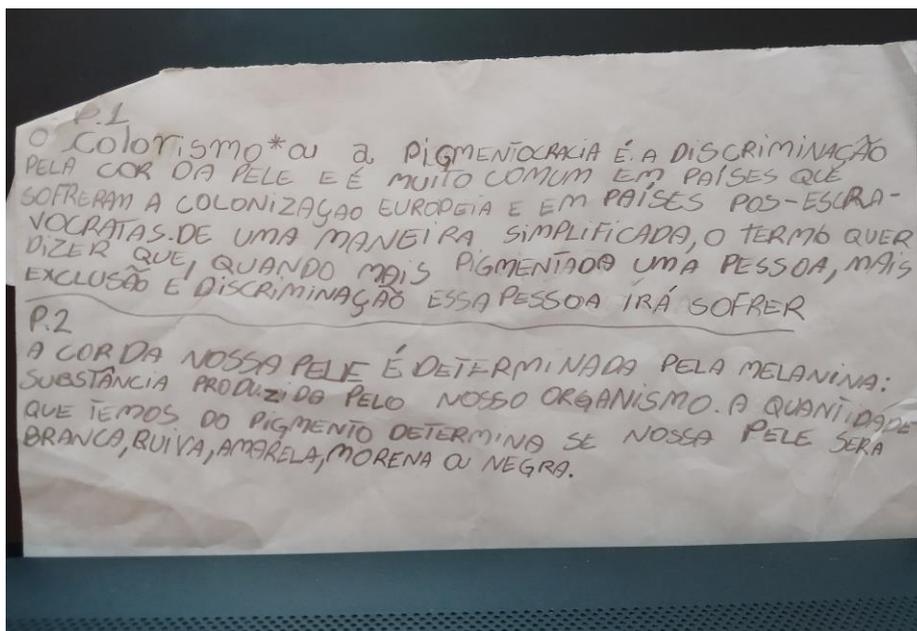
O ambiente escolar é o lugar de compartilhar e construir experiências. Assim, neste momento partilharemos as vivências realizadas nesse lugar de efervescência cultural.

## **A Chegada!**

Aqui quem escreve é Flávia a partir da experiência com a turma que participou conosco desta pesquisa. A receptividade com o tema por parte da turma foi grande, e isso nos encheu de ânimo para desenvolvermos nosso trabalho. Em uma roda de conversa, perguntamos aos alunos quem tinha algum conhecimento relacionado o “Coco de Roda”. Conversamos então sobre o Coco de Roda, assistimos juntos a alguns vídeos. Descobrimos que a escola já havia feito a dança do coco, mas de formas superficiais, sendo pouco absorvidas pelas crianças. A conversa fluiu, e ficamos assim por algum tempo “contando causos”, até que uma aluna rememorou uma experiência semelhante vivenciada por ela. Por ocasião de um curso de dança no qual participou. Combinamos, então, em receber uma pessoa que falaria e ensinaria a dança. Ao final do encontro, foram propostas duas tarefas:

- Primeira: trazer um coco seco cortado ao meio;
- Segunda: responder um questionário em casa, com auxílio dos pais.





Este foi o planejamento que conduziu os demais encontros, nos quais dançamos, cantamos, conversamos, compartilhamos experiências, fizemos turbantes, enfim aprendemos e ensinamos na coletividade.

### **A Roda de conversa**

Chegou o grande dia: Encontrar com a professora Silvana. As crianças aguardavam ansiosamente. Agora, nossa pretensão era mergulhar de forma integral, para que todos nos envolvêssemos plenamente. A nossa ideia foi “quebrar” algumas estruturas colocadas pelo ambiente escolar e tudo foi inovador para todos nós. Iniciamos, então, o encontro de forma diferente, todos sentados no chão da sala para um bate papo referente ao questionário solicitado para responder em casa.

A professora fez a primeira pergunta: O que é respeito? Como respostas das crianças destacamos:

Aaa, é respeitar o próximo....

Respeitar o pai e a mãe, os mais velhos...

Respeitar as diferenças...

(trecho das respostas das crianças durante atividade realizada na escola)

Foi encantador ouvir as crianças respondendo e participando empolgadas. Foi fantástico. E a professora Silvana continuou as provocações: E por que temos cabelos diferentes e tons de pele diferentes? O que é colorismo? E para nossa surpresa um aluno respondeu:

...Professora a quantidade de melanina determina a cor da pele...  
(trecho das respostas das crianças durante atividade realizada na escola)

Uau, que resposta fantástica. Ficamos encantadas. A professora pergunta: Bom, existe lápis cor de pele? Um silêncio...

Não professora. Tem um monte de cor aqui...  
(trecho das respostas das crianças durante atividade realizada na escola)

A professora continua: - Precisamos entender qual cor de pele, já que aqui temos muitas cores. Vejam cada um que está aqui, olhem os tons de pele, os tipos de cabelos. O meu cabelo é melhor que o dela ou o dele?

Fomos apontando alguns alunos e alunas. E todos os presentes respondiam em coro:

Não. Não. Não, todo cabelo é bonito...  
(trecho das respostas das crianças durante atividade realizada na escola)

E a conversa continuou, e mais respostas interessantes foram surgindo,

É por causa da genética. Por exemplo, meu pai é branco e minha mãe é branca, então eu vou ser branco, né?

(trecho das respostas das crianças durante atividade realizada na escola)

Ano passado minha irmã sofria muito bullying, agora ela já está no 5º ano, chamavam ela de “cabo de fuzil”.

(trecho das respostas das crianças durante atividade realizada na escola).

Neste momento voltamos à reflexão sobre respeito. Dissemos a eles que devemos respeitar todas as pessoas, as diferenças, as diversidades, todos são bonitos.

Foto: Ângela Oskar



Para percebermos os múltiplos tons de pele colocamos várias crianças uma ao lado da outra mostrando o braço e identificamos vários "lápiz cor de pele".

No final as crianças trouxeram vários relatos e casos de racismo sofridos na escola e na rua.

Nos emocionamos com outro relato sobre o preconceito

sofrido por uma aluna, ela chorou. Foi importante esse relato, pois aproveitamos para falar as consequências das discriminações e do racismo. Terminamos a reflexão e muitas crianças ainda queriam falar. Toda a turma sentiu conforto e segurança para discutir os assuntos levantados. Foi surpreendente. Fizemos comparações dos tipos de peles, esclarecendo que existem variedades de tons e outras características, e que essas diferenças não podem significar inferioridade. Explicamos que, quando uma pessoa coloca apelidos ou faz piadas por conta de características físicas, ela está praticando crime de racismo.

### **Nosso corpo, nossa casa, nossa cabeça nosso guia...**

No mesmo encontro, após a conversa, a professora Silvana apresentou um *slide* em *Power Point* com fotos de mulheres, homens e crianças com imagens de Turbantes. Antes de apresentar os *slides* ela explicou o significado dos turbantes em várias civilizações. Atentos, os alunos ficaram fascinados e não perdiam nenhum detalhe. Compreenderam a diferença entre turbante e faixa. Após esse momento partimos para a parte prática - a confecção dos turbantes. Antes dos alunos fazerem os turbantes em suas cabeças a professora mostrou vários modelos para amarrar. E nesse momento começou a festa. Todos fizeram. Embarcaram de cabeça. Os meninos não tiveram receio, sentiram-se a vontade. Ouvimos relatos, depois, que um deles fez um turbante na cabeça de uma professora que gostaria de estar presente no encontro.

Felicidade geral. Cada pedacinho de tecido era um tesouro nas mãos dos pequenos encantados com as novas possibilidades. Todos envolvidos esforçavam-se para concluir



Foto: Ângela Oskar

suas “obras”, para no final atingirem o ápice de estar com seu Turbante na cabeça. Este momento todos participaram, meninas e meninos, crespas, cacheadas, lisas, negras e ruivas. O saldo dessa empreitada foi muito positivo com a constatação do espírito de equipe, do respeito entre os alunos e para com as professoras.

Importante ressaltar a presença de duas mulheres negras, professora Márcia e a Dona Abigail - recepcionista. Elas participaram do encontro. Aproveitamos a presença delas e pedimos para relatarem sobre racismo já sofrido. Além disso elas ajudaram as crianças a fazer os turbantes.

Para nós foi um momento importante de compartilhamento de experiências.

Esse admirável momento da pesquisa é de grande relevância, pois foi o momento de construir e reconhecer a auto imagem dos alunos, identificar seus traços, suas cores, ver as diferenças e aceitar as múltiplas belezas. Fizemos os turbantes e a conversa justamente para afirmar as identidades brasileiras e trazer a atenção para o respeito social, cultura e étnico. O uso do turbante no Brasil é símbolo de resistência e afirmação de identidade negra que luta contra o racismo, preconceitos e genocídios.

Santana (2015) expõe em seu livro - Como me Descobri Negra, diversos relatos desse processo de aceitar e afirmar sua negritude, reconhecendo o seu cabelo, seu tom de pele, suas indumentárias e até a maneira de comer – com as mãos ou com garfo. Um dos momentos de seus relatos nos chamou atenção quando ela decidiu ir ao trabalho com turbante laranja e ao final do dia sua gerente indaga a sua coragem em ir para o trabalho daquele jeito. Neste trecho ela afirma que usar o turbante laranja trazia a afirmação de sua condição como mulher e ainda mulher negra. Expor a literatura da autora é uma maneira de enfatizar a relevância de um trabalho de construção e reconhecimento de identidade partindo do tema cabelo, pois é onde vemos as marcas do racismo no corpo dos negros e negras brasileiras.

## **Danço, brinco, canto...**

Em uma manhã de quarta-feira tivemos o segundo encontro com a professora Silvana. Alegria geral, com muita ansiedade a criançada aguardava a chegada do momento em que iríamos dançar. A professora retomou a conversa do encontro anterior convidando a todos para uma reflexão sobre os diferentes tipos de pele, cabelo, sobre o racismo e o respeito. Para isso ela chamou alguns estudantes que estavam presentes na vivência anterior para expor o que tinham aprendido. Foi sensacional. Elas retomando a questão de respeito às diferenças. Logo após iniciamos a dança. Silvana explicou um pouco da história que gira em torno da dança/música Coco.

Explicou que a Dança é característica do Nordeste de origem negra. O nome, a forma de dançar e cantar varia conforme o lugar onde é executada. Essa diferença é encontrada em vários elementos da cultura brasileira, seja na dança ou na culinária o nome pode mudar. Existe Coco de Zambê, Coco de Praia, Coco de Roda, com variação no nome como Samba, Pagode, Zambê, Babelô (CORTES, 2000).

Aqui fazemos um parêntese para mencionar os estudos de Ayala (1999) que apresenta a variedade de coco presentes na Paraíba – Coco associado ao canto e dança, apenas cantado e os versados em improvisos sem a dança. Ainda, em sua pesquisa oferece alguns depoimentos dos colaboradores brincantes como o de seu Manuel Ventinha, mestre cantador do bairro da Torre, João Pessoa (PB), que trás o termo Coco de roda:

"(...) Esse coco de roda, exatamente, primeiramente isso veio da banda da África, né? Isso é negócio de africano, né? É por isso que eu digo, primeiro Estado onde foi inventado o coco de roda foi a Bahia, porque a Bahia foi lugar de mais escravos. Acho que sim, no início do Brasil, acho que foi, né?"

Os depoimentos são muito importante, pois afirmam a diversidade cultural do nosso país e ainda afirma a negritude Africana nessa construção sócio – cultural.

Retomando o relato da vivência com as crianças, a professora acrescentou a história sobre o surgimento desta dança. Uma das versões conta que a dança foi criada no tempo da escravidão pelos negros nos seus trabalhos diários. Uma de suas funções era quebrar o coco com os pés e para diminuir o cansaço os negros cantavam e dançavam conforme o som produzido pelo quebrar do Coco (Côrtes, 2000).

Outra variação, sobre o surgimento, conta que as pessoas quando faziam as casas de pau a pique tinham que amassar o barro com os próprios pés e faziam isso cantando e ritmando, até que nasceu a dança.

Passamos para a aprendizagem do passo básico da dança. Enquanto dançávamos o Coco de Roda ela nos ensinava a música do Coco de Arcoverde e na própria música ela determinava o momento de amassar o barro de forma lúdica, prazerosa.

Ora mais rápido, ora mais devagar. E foi assim que todos caíram na dança,



inclusive as professoras que estavam acompanhando as turmas. Todos se divertiram bastante, assim como as crianças.

No final a dança do Coco deixou seu legado: crianças super empolgadas com a nova dança, meninas apoderando-se dos turbantes, cantiga fluindo em todas as bocas.

Foto: Ângela Oskar.

### **Os sentidos das práticas...**

Os encontros realizados tiveram muitas reverberações, as crianças ficaram cantando a música durante dias, além dos relatos sobre os turbantes. Na quinta etapa a professora Flávia solicitou aos pequenos estudantes que relatassem como foram os encontros para cada um. Poderiam fazer um desenho ou podiam escrever o que acharam. Abaixo alguns registros.

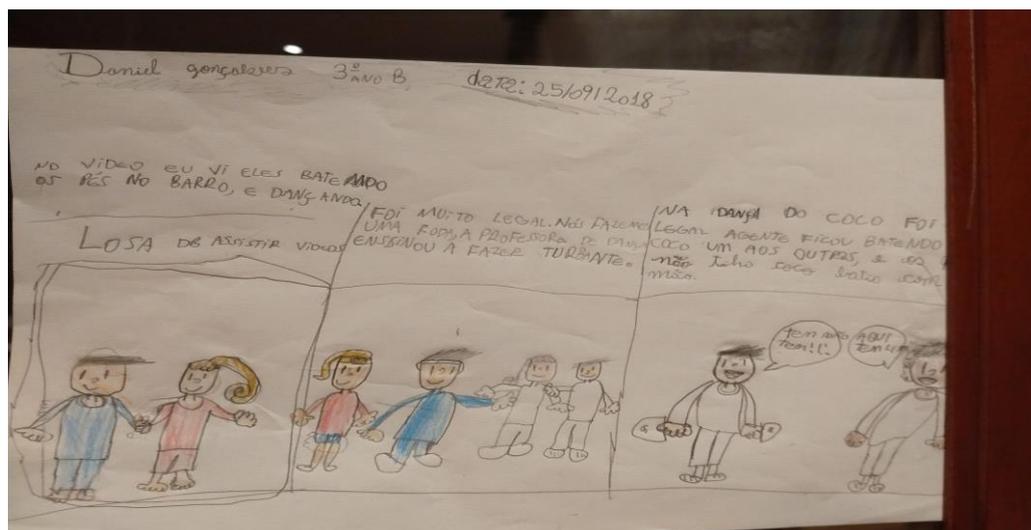


Imagem: Próprio autor.

“No vídeo eu vi eles batendo os pés no barro e dançando. Foi muito legal, nós fazendo uma roda, a professora de dança ensinou a fazer turbante. Na dança do coco foi muito legal agente ficou batendo o coco um aos outros, e os que não tinha coco batia com as mãos”. (Texto escrito pelo aluno Daniel, 3ºano B)

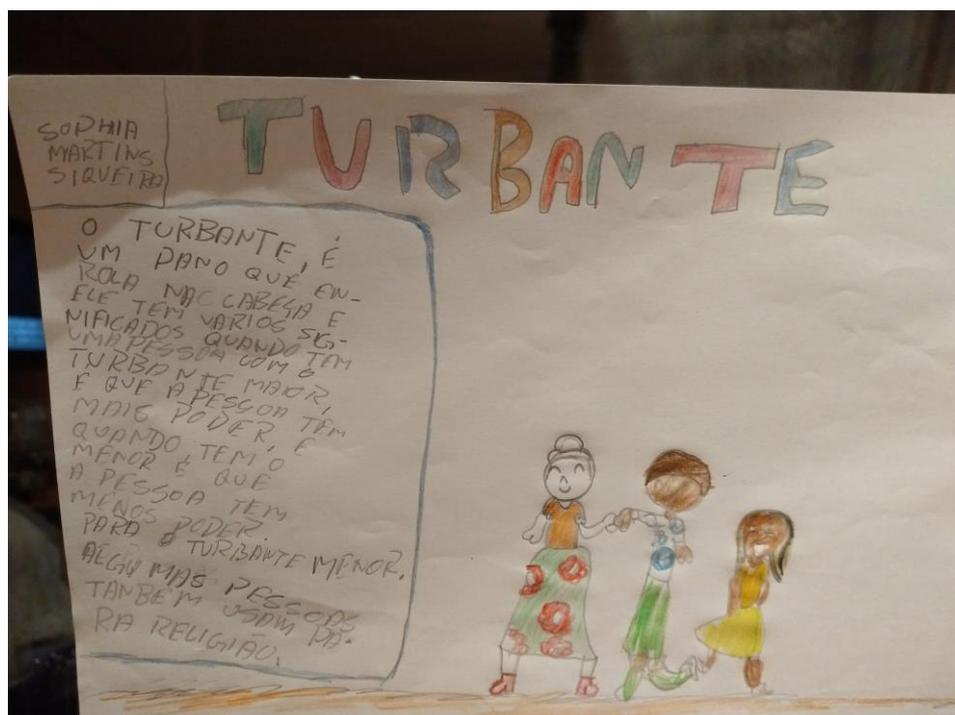


Imagem: Próprio autor.

“O turbante, é um pano que enrola na cabeça e ele tem vários significados, quando tem uma pessoa com o turbante maior, é que a pessoa tem mais poder, e quando a pessoa tem o menor é que a pessoa tem menos poder. Para o turbante menor, algumas pessoas também usam para religiões”. (Texto escrito pela aluna Sophia 3ºano B).

Além dos preciosos relatos individuais que as crianças descreveram em seus desenhos, eles fizeram em grupo cartazes que foram espalhados pela escola, contando um pouquinho a história da Dança do Coco.

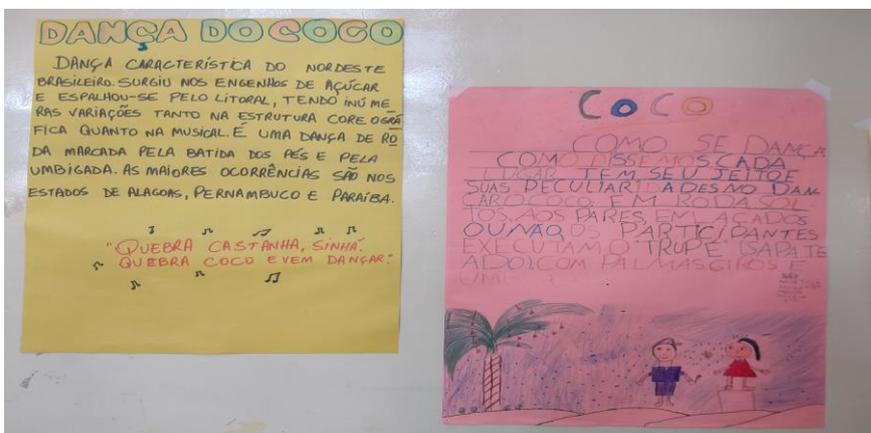
#### Confecção dos cartazes:



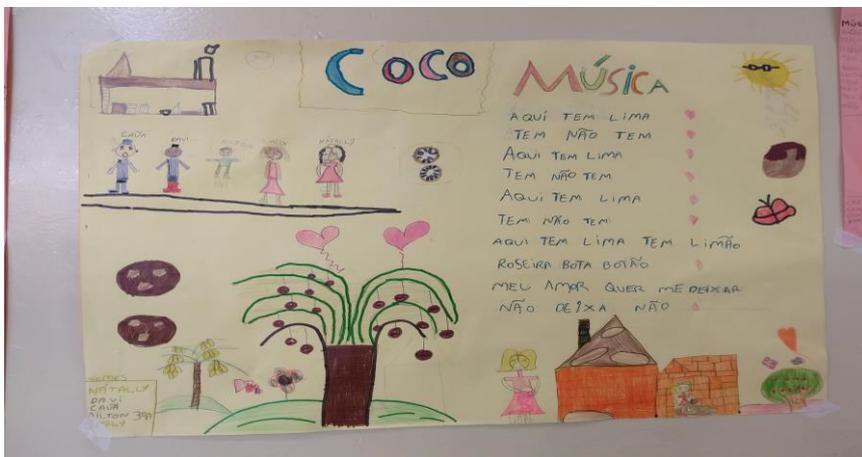
#### Confecção dos cartazes.



#### Cartazes prontos:



Cartazes prontos.



E para nossa surpresa e satisfação o Show de Talentos que a escola promove todos os anos, contou com uma atração especial, as meninas quiseram apresentar a Dança do Coco para todos da escola. Uma das professoras que nos acompanhou nos encontros tocou o pandeiro acompanhando a coreografia das meninas.

### Considerações

Percebemos que as atividades realizadas no ambiente escolar por meio das danças brasileiras e ações afirmativas/reflexivas foram positivas, visto que os estudantes trouxeram retornos significativos. Com poucos encontros as ações propostas pelas autoras chegaram até o ambiente familiar, reverberou nos professores e em outros estudantes da escola que solicitaram a realização das atividades em suas turmas. À vista disso detectamos que havendo um planejamento anual com ações visando práticas culturais com atenção aos estudos sobre relações étnico-raciais o incidente de atitudes racistas e preconceituosas diminuiriam significativamente no ambiente escolar.

Quando falam de agressões e temas como racismo, homofobia, gordofobia, *bullying*, podem ser abordados procurando sempre destacar atitudes de valorização e respeito para com a história, origem e saberes do outro. O desejo, após realizar essa pesquisa, é que os futuros leitores usufruam, inspirem-se nas ações aqui desenvolvidas e criem outras atividades

com intuito de efetivar a Lei 10.639/03, despertando modos de respeitar as diversidades de gênero, raça, cultura, condição social e religião. Para encorajar os leitores e leitoras indicamos Dona Selma do Coco, uma grande mestra dessa cultura maravilhosa. Também sugerimos grupo Bongar, Lula Calixto e irmãs Lopes – Coco de Arcoverde, Dona Terezinha – Coco de embolada. Ao final desta pesquisa disponibilizaremos alguns sites com músicas e danças para colaborar nas iniciativas pedagógicas.

Nossas inspirações estão nos escritos de Mandela:

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta”.*

Atentas à citação acima, plantar a semente do respeito às diversidades nas crianças pode ser uma maneira de diminuir na vida adulta ações preconceituosas para com o próximo. As crianças são capazes de compreender os problemas sociais, pois essas tem os olhos atentos para o espetáculo do mundo, todos os sentidos estão aguçados, então incentivemos a imaginação, pois a mente é capaz de criar seres inimagináveis, diversos, diferentes.

Observamos que as ações desenvolvidas em diálogo com a escola e pautadas na Lei 10.639/03 asseguram e auxiliam as ações do professor, possibilitando a construção de uma educação que ouça a voz, reconheça e veja a história e a cultura dos africanos e seus descendentes, evidenciando outros padrões de beleza, outras filosofias de vida. Mesmo com essa possibilidade de mudança de perspectiva precisamos de políticas públicas que olhem com delicadeza para as populações excluídas e enxerguem as suas necessidades, a fim de reparar os prejuízos causados ao longo do tempo.

Importante destacar que realizamos as atividades em duas aulas das professoras Flávia e Márcia. Para a vivência dos turbantes e esse tempo não foi suficiente, pois demandaria pelo menos mais uma hora. Problematizar as estruturas rígidas dos horários das aulas é olhar com carinho para os trabalhos desenvolvidos pelos professores e ao mesmo tempo respeitar o ritmo que o estudante leva para se conectar com as ações propostas. Flexibilizar os horários possibilita degustar, saborear cada atividade de maneira à experienciar e não deixar passar como cita Bondía (2002). O processo vivido nesta pesquisa nos instiga a desenvolver mais ações afirmativas que contribuam para uma educação antirracista, menos homofóbica, gordofóbica, misógina.

Ou seja, a falta de conhecimento da lei e das diretrizes, somada à falta de domínio de conteúdos ligados às relações étnico-raciais, contribui para que professores e gestores sintam-se pouco preparados para incorporá-los em sua prática pedagógica. Desconhecimento das normas e falta de domínio dos conteúdos não necessariamente desinteresse. (COSENTINO, OLIVEIRA e SILVA, 2016, p.).

Percebemos, no desenvolvimento do nosso trabalho, que embora a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio oficiais e particulares existe há mais de uma década, ainda o desconhecimento e a falta de interesse no assunto, são os fatos mais marcantes. Esperamos que nossa pequena contribuição agregue conteúdo ao material de procura por professores e escolas engajadas na causa.

Concluimos essa etapa com a chama que não cessou. Valorizar, reconhecer, respeitar o próximo é tarefa de todos. Se todo ser humano é educador, então que nos eduquemos, compartilhando e respeitando as nossas diferenças.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Cynthia Cristina de Souza. O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas. Guarabira-PB. 2012

AYALA, Maria Ignez Novais. Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX. Estud. av. vol.13 no.35 São Paulo Jan./Apr. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000100020#not17](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100020#not17). Acesso em: 19/02/2019.

CAVALEIRO, Eliane. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005. Disponíveis em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>> Acesso em: 21/08/2018

CÔRTEZ, Gustavo. Danças Brasileiras! Festas e danças populares. MG. 2000 pg. 94

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 18/08/2018

GODOY, Káthya Maria Ayres. Dançando na escola: o movimento da formação do professor de arte. PUC- SP. Teses de doutorado, 2003.

JANZ, Rubia Caroline. Letras Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise. UFSC: Florianópolis. 2014.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, jan./fev./mar./abr. 2002.

KABENGELE, Munanga; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global. 2ª Ed. 2016. p. 179.

MARQUES, Isabel de Azevedo. Ensino da dança hoje: textos e contextos. 2.ed. São Paulo Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Dr. Flávio Antônio Da Silva. Porque Somos Racistas: O Racismo Contra O Negro Afro-Brasileiro – Pequena Introdução Crítica. São Paulo. Junho 2015. p. 307- 309.

MANDELA. Nelson. Ninguém nasce odiando outra pessoa. <https://www.pensador.com/frase/MzY0Nzkx/>. Acesso em: 10/11/2018

PARREIRA, Vivian. e FOGANHOLI, Cláudia. Danças brasileiras na Educação Física escolar: (re) conhecendo histórias e diferentes linguagens.

PASSOS, Vera. Técnica Silvestre: Uma Herança Brasileira. Salvador. 2011.

PEREIRA, Amilcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. Rio de Janeiro. 2011.

PORPINO.,Karenine. Dança é educação: interfaces entre corporeidade e estética. Editora UFRN: Natal ( RN). 2006.

RENGEL, Cadernos de corpo e dança: os temas de movimento de Rudolf Laban( I-II-II-IV). São Paulo: Annablume, 2006

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é Racismo. 2ª Ed. São Paulo - SP. 1980. p.11

SANTANA, Beatriz. Como me descobri Negra. 2015. p.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre/RS. 2007

TRÍUMPLIO, Vera Regina Santos. Coletivo Estadual de Educadores Negros Compromissos com a educação das relações étnico-raciais. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/2272/2167>>. Acesso em: 25/08/2018

RODRIGUES, Tatiane Cosentino, DE OLIVEIRA, Fabiana Luci e SANTOS, Fernanda Vieira da Silva. Desafios da implementação da Lei nº 10.639/03: um estudo de caso de municípios do Estado de São Paulo. 2016

#### **Sites:**

- O melhor do Coco: <https://www.youtube.com/watch?v=hOBdW8BHZhU>
- Dona Selma do Coco - Minha História, 1998 - <https://www.youtube.com/watch?v=qsYIx7-0XeM>
- Samba de Coco Raízes de Arcoverde - Godê Pavão: [https://www.youtube.com/watch?v=nkuGOh\\_QD7M](https://www.youtube.com/watch?v=nkuGOh_QD7M)
- Emboladores Roque José e Terezinha [https://www.youtube.com/watch?v=QPYbB\\_ITvb4](https://www.youtube.com/watch?v=QPYbB_ITvb4)
- DVD Grupo Bongar - Festa de Terreiro: [https://www.youtube.com/watch?v=5PCp\\_RVmEIY](https://www.youtube.com/watch?v=5PCp_RVmEIY)
- Bongar - Samba de Gira <https://www.youtube.com/watch?v=yrBKAMMakIw>
- Dança – Coco de Roda: <https://www.youtube.com/watch?v=u6nufWq1oM>  
[https://www.youtube.com/watch?v=G1\\_Bz6yg9Wo](https://www.youtube.com/watch?v=G1_Bz6yg9Wo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=lRqf4LGT5cs>

#### **Documentário:**

- Filme Dona Selma do Coco - <https://www.youtube.com/watch?v=Csy0232W970>
- O Coco, a roda, o pneu e o farol: <https://www.youtube.com/watch?v=xJDJTnsbTzY>
- Livro e Documentário - Caminhos do Coco

